Sindicato Nacional dos Professores Licenciados
pelos Politécnicos e Universidades

Análise à organização do ano letivo de 2020/2021 foi tema central da reunião entre o SPLIU e o Ministério da Educação

Na véspera da conclusão deste conturbado ano letivo, o Ministério da Educação, através dos seus Secretários de Estado, convocou os Sindicatos para apresentar as linhas de orientação estratégica delineadas para o ano letivo de 2020/2021, e auscultar a posição dos mesmos acerca do assunto em apreço, em reunião realizada, por videoconferência, no dia 25 de junho, pelas 9h45m.

Os representantes do Ministério da Educação informaram que o ano letivo de 2020/2021 terá início entre 14 e 17 de setembro, e reafirmaram a firme intenção, já conhecida pela comunicação social, da retoma das aulas presenciais, sendo que as primeiras cinco semanas serão utilizadas para recuperação e/ou consolidação das aprendizagens relativas ao ano letivo anterior.

Em matéria de saúde pública, proteção, segurança e prevenção da propagação do COVID-19, os governantes asseguraram que as regras definidas pela DGS serão escrupulosamente observadas nas escolas, e que, em presença de eventuais focos de contágio, serão inequivocamente seguidas as decisões das autoridades de saúde, podendo as aulas presenciais darem lugar ao modelo de ensino à distância ou vice-versa.

O SPLIU, na sua intervenção, manifestou a sua tendencial concordância com a retoma das aulas presenciais, sempre e quando as disposições de segurança máxima sejam rigorosamente executadas pelas escolas perante a persistente ameaça de contágio pelo COVID-19, definindo ainda como fundamentais, a adoção das seguintes medidas:

- Redução do número de alunos por turma (entre 10 a 15);
- Rotatividade das turmas na escola por turnos, de forma a reduzir a frequência de alunos nas escolas nas diferentes fases do dia, e a ser cumprido o distanciamento necessário;
- Obrigatoriedade dos conteúdos programáticos serem abordados em regime presencial, podendo eventualmente ocorrer o reforço e a consolidação das aprendizagens através do ensino à distância;
- Proceder à contratação dos docentes e assistentes operacionais necessários ao eficaz funcionamento das escolas neste novo e exigente quadro organizativo;
- Manutenção das medidas de proteção dos docentes que, comprovadamente, sejam pessoas de risco acrescido face a um eventual contágio por COVID-19;

- Contemplar os professores na agenda digital do Governo / Ministério da Educação (400.000.000 €), quer no que se refere a equipamentos, como também em relação à formação necessária;
- Avançar urgentemente com uma solução que permita a imediata aposentação dos professores com 60 ou mais anos de idade – desgastados, saturados, cansados e pertencentes a grupo de risco;
- Negociação, independentemente da conjuntura atual, desta e de outras matérias de natureza sócio profissional fundamentais à estabilidade do sistema educativo;
- (...)

O SPLIU reafirmou aos dois governantes a sua total disponibilidade para contribuir favoravelmente, através do diálogo e da concertação sistemática, para a definição das melhores soluções educativas em tempo de enorme incerteza.

Lisboa, 25 de junho de 2020

A Direção Nacional